

# “Se não vacinar, morre!” – “se vacinar, mato!” – a Revolta da Vacina no contexto do Rio de Janeiro de 1904

João Rafael Mallorca Natal <sup>a</sup>

**Resumo:** A Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro em 1904, foi um episódio marcante na história do Brasil que refletiu as tensões sociais e políticas da época. O governo implementou uma campanha de vacinação obrigatória contra a varíola, visando melhorar as condições de saúde pública. No entanto, a medida foi recebida com resistência por parte da população, composta majoritariamente por classes populares insatisfeitas com as condições de vida precárias. A revolta resultou em manifestações violentas, confrontos com as autoridades e danos à propriedade pública, evidenciando as profundas desigualdades sociais e a falta de confiança na capacidade do Estado de promover melhorias efetivas na qualidade de vida da população. Este estudo analisa as causas e consequências da Revolta da Vacina, destacando seu contexto histórico e sociopolítico. Além de abordar a resistência popular à vacinação obrigatória, o artigo examina as implicações mais amplas desse episódio para a formação da identidade social e as relações entre Estado e sociedade no Brasil do início do século XX.

**Palavras-chave:** Revolta da Vacina, saúde pública, Primeira República.

## INTRODUÇÃO

Dentre as diversas revoltas ocorridas no período conhecido como República Velha (1889-1930), aquela que foi considerada como a maior insurreição armada popular e urbana do Brasil foi a

Revolta da Vacina, também conhecida como Revolta dos Quebradores. Tal revolta, que teve como causas remotas as condições a que estava submetida a população mais humilde do Rio de Janeiro, então capital da República, teve por causa imediata a aprovação de

---

<sup>a</sup> Coronel de Infantaria da Aeronáutica, mestre em Ciências Políticas e Relações Internacionais. Associado Titular Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



uma lei que tornava obrigatória, no Distrito Federal, a vacinação anti-variolosa, até então opcional.

Antes ainda da questão da vacina obrigatória, durante o governo do Presidente Campos Sales (1898-1902), a população pobre do Rio de Janeiro teve seu poder aquisitivo significativamente diminuído, em função do aumento de impostos, da interrupção das obras públicas, da demissão de funcionários públicos na capital da Nação e, principalmente, do arrocho salarial determinado pelo Governo<sup>1</sup>.

## O CONTEXTO DO RIO DE JANEIRO

Na virada do século XIX para o XX, a cidade do Rio de Janeiro não fazia jus à sua condição de capital do Brasil. A arquitetura ainda era, em sua maior parte, remanescente do período colonial. O centro da cidade era composto por inúmeras ruas e vielas, estreitas e pouco iluminadas, eivadas de moradias coletivas, os famosos

cortiços, dos quais o mais famoso era o Cabeça de Porco (demolido em 1893), no qual chegaram a residir cerca de 2.000 pessoas<sup>2</sup>. Quiosques nas ruas, de higiene discutível, vendiam café, pão com manteiga e outros itens alimentícios para a população.

Fig. 1 – Cortiço “Cabeça de Porco”



Fonte: MEIHY; BERTOLLI FILHO. op.cit., 1995.

O porto do Rio de Janeiro, um dos mais importantes do país, também apresentava deficiências: o cais era muito pequeno, o que dificultava a atracação dos barcos e exigia que os grandes navios fundessem ao largo, demandando assim custosas e complexas operações de transbordo de carga e passageiros, até o cais propriamente



dito. Havia poucos armazéns, o que ocasionava que cargas chegando ou partindo tivessem que ser estocadas a céu aberto.

Fig. 2 – Antigo porto do Rio de Janeiro



Fonte: MEIHY; BERTOLLI FILHO. op.cit., 1995.

Todas essas inconformidades causavam significativos atrasos nas operações portuárias, dificultando o comércio, em especial o comércio exterior, e dessa forma travando o desenvolvimento do Brasil.

Finalmente, outra grande causa de preocupação para as autoridades eram as diversas moléstias infectocontagiosas que periodicamente assolavam a capital do país. Dentre muitas, pode-se salientar as mais virulentas, ou seja, que causavam mais mortes e sofrimento à

população: a febre amarela, a peste bubônica e a varíola<sup>3</sup>. A incidência e a taxa de mortalidade dessas doenças era tal que, no exterior, o Rio de Janeiro recebeu o epíteto de Túmulo dos Estrangeiros<sup>4</sup>.

## AS REFORMAS DE RODRIGUES ALVES

O Presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, paulista de Guaratinguetá, assumiu o governo em 1902, com o compromisso, por ele mesmo assumido, de resolver a situação do Rio de Janeiro, tornando a capital do país uma cidade moderna, limpa e, sobretudo, livre das doenças que a tornavam tristemente famosa<sup>5</sup>. Para tanto, Rodrigues Alves resolveu empreender três grandes reformas na cidade: a Reforma Portuária, aumentando e modernizando o porto do Rio; a Reforma Urbana, acabando com os cortiços e vielas no Centro, e abrindo ruas e avenidas largas e iluminadas; e finalmente, a Reforma Sanitária, de forma a acabar



com as três grandes moléstias infectocontagiosas que assolavam a capital do Brasil<sup>6</sup>.

Para implementar essas reformas, Rodrigues Alves decidiu convocar pessoas de sua confiança, e que pudessem levar as obras e ações a bom termo e, especialmente, em curto prazo, de tal forma que os frutos dessas reformas pudessem ser colhidos ainda no seu mandato presidencial, que findaria em 15 de novembro de 1906.

O convocado para executar a Reforma Portuária foi o militar, engenheiro e político catarinense Lauro Müller, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas<sup>7</sup>.

No tocante à Reforma Urbana, o encarregado foi o Prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos, engenheiro ferroviário, especializado na França, local em que testemunhou as reformas urbanas levadas a efeito pelo Barão Hausman<sup>8</sup>. Sua maior obra foi a construção da Avenida Central (hoje Avenida Rio Branco), obra essa que levou à demolição de muitas casas e cortiços.

Uma comissão nomeada pelo Ministério do Interior e Justiça em 1905, quando estavam em curso as obras de Pereira Passos, constatou que, até aquela data, a administração municipal e da Saúde Pública haviam demolido cerca de seiscentas habitações coletivas e setecentas casas, privando de teto pelo menos 14.000 pessoas. Centenas de outras famílias foram desalojadas, desde então, e não só pelas demolições ostensivas da Prefeitura e do Governo Federal: a especulação com o solo, feita pelas companhias de bondes, de serviços públicos, e de loteamentos, com o patrocínio dos poderes públicos<sup>9</sup>.

Esse movimento de demolições, no Centro do Rio, foi cognominado pela população como “bota abaixo”, e teve como resultado a “migração” das famílias de menor renda para os morros do Rio de Janeiro, expandindo assim o processo de favelização, ou levando-as a morar nas regiões de subúrbio, para as quais o custo do transporte, feito basicamente por trem, impunha mais um ônus financeiro a uma



Fig. 3 e 4 – Construção da Avenida Central



Fonte: MEIHY; BERTOLLI FILHO. op.cit., 1995.

população que já vivia no limite de seus recursos.

Cabe salientar que tanto Lauro Müller quanto Pereira Passos pediram – e obtiveram – do Governo Federal amplos poderes para executarem suas reformas, sem obstrução de outros órgãos administrativos ou judiciários. Essa condição excepcional deu azo a que as reformas fossem feitas de forma autoritária e mesmo truculenta, sem levar em consideração a opinião das populações afetadas, e por vezes com desrespeito a seus direitos básicos<sup>10</sup>.

## **OSVALDO CRUZ E A REFORMA SANITÁRIA**

Uma vez equacionadas as questões das Reformas Portuária e Urbana, restava aquela que talvez fosse a mais importante de todas: a Reforma Sanitária. O Presidente da República designou para tal um jovem médico paulista, o doutor Osvaldo Gonçalves Cruz, o qual havia estado em Paris, estagiando no renomado Instituto Pasteur. Osvaldo Cruz foi nomeado, em 1900, como diretor do Instituto Soroterápico Federal, em Mangueiras (hoje Fundação Osvaldo Cruz), e mais tarde foi também



designado como Diretor-Geral da Saúde Pública (1903)<sup>11</sup>.

Fig. 5 – Osvaldo Cruz



Fonte: MEIHY; BERTOLLI FILHO. op.cit., 1995.

Osvaldo Cruz, tal como Müller e Pereira Passos, recebeu do Presidente da República plenos poderes para executar a Reforma Sanitária, de forma a exterminar a “trinca” de moléstias que afetava o Rio de Janeiro, a saber, a febre amarela, a peste bubônica e a varíola.

O problema da febre amarela foi atacado por Osvaldo Cruz com a criação das famosas Brigadas

Mata-Mosquitos. Estas eram equipes da Diretoria de Saúde Pública, que percorriam toda a cidade, em busca de locais que pudessem ser focos de procriação do mosquito *Aedes Aegypti*, vetor de transmissão da febre amarela. Do mesmo modo que nas demais reformas, a atuação autoritária e, por vezes, truculenta dos mata-mosquitos, em geral acompanhados por policiais, granjeou-lhes péssima fama<sup>12</sup>. À época, era considerado bastante ofensivo entrar em residências particulares durante a ausência dos chefes de família, os quais estavam no trabalho. Apesar do intenso trabalho dos mata-mosquitos, apenas em 1909 a febre amarela foi considerada extinta no Rio de Janeiro, mas teve uma volta dramática no ano de 1928<sup>13</sup>.

A peste bubônica foi enfrentada por Osvaldo Cruz com outras estratégias. Foram feitos esforços para limpeza pública e recolhimento do lixo, onde se alimentavam os ratos, vetores da peste, por meio das pulgas que os infestavam. Como tais esforços não se mostraram



suficientes, Osvaldo Cruz implantou a compra dos roedores pela Saúde Pública, pelo preço de trezentos réis por cada rato. A medida mostrou-se eficaz; apesar disso alguns autores afirmam que “espartalhões” do Rio de Janeiro criaram “fazendas” de criação de ratos, de forma a angariar mais dinheiro pela sua venda<sup>14</sup>. De qualquer forma, os esforços foram bem-sucedidos, levando à queda de casos de peste bubônica na capital do país, a partir de 1907.

Mais complexo foi o enfrentamento da varíola, moléstia bastante antiga, cujos primeiros relatos remontam a 1.500 a.C., no Egito. Possui elevada virulência, com os índices de mortalidade podendo chegar a 30%.<sup>15</sup> Para combatê-la, apenas uma estratégia se fazia eficaz: a vacinação em massa da população.

## **A OBRIGATORIEDADE DA VACINA**

A vacinação conta a varíola já era conhecida desde 1796, ocasião

em que Edward Jenner, médico britânico, a desenvolveu. Jenner observou que as pessoas que ordeñavam vacas desenvolviam uma versão atenuada da varíola, possivelmente pela contaminação com as pústulas existentes no úbere das vacas. Ao coletar material dessas lesões, inoculou-as em seres humanos, e constatou que as pessoas assim tratadas não desenvolviam a forma grave de varíola, mas apenas a versão atenuada, ou ficavam mesmo totalmente imunes à doença. A esse material inoculado nos pacientes foi dado o nome de vacina, do latim *vaccinus*, “(derivado) da vaca.”<sup>16</sup>

No Brasil, a imunização anti-variolílica teve início em meados do século XIX. Inicialmente foi aplicada a forma de imunização conhecida como variolização<sup>17</sup>. A partir de 1850, foi iniciada a vacinação propriamente dita. Conforme se pode depreender da tabela 1, no entanto, os índices de vacinação eram insuficientes para prevenir os surtos da doença.



Tabela 1 – Vacinação Antivariólica no Rio de Janeiro 1850-1904

VACINAÇÃO ANTIVARIÓLICA NO RIO DE JANEIRO			
Ano	População do Rio de Janeiro	Pessoas vacinadas	Vacinados por 1 000 habitantes
1850	166 419	2 669	16,0
1860	197 762	3 665	18,5
*1873	280 467	6 639	23,7
1880	359 549	1 937	5,4
*1883	400 917	7 110	17,7
1888	483 552	2 222	4,6
*1895	598 600	7 950	13,3
*1899	668 646	28 524	42,7
1900	687 699	9 371	13,9
*1904	771 276	87 711	113,7

\* Anos de ocorrência de surtos epidêmicos.

Fonte: MEIHY; BERTOLLI FILHO. op.cit., 1995.

Consoante com a orientação do presidente da República, de tornar a capital brasileira um local mais salubre, e livre das doenças mais graves, em especial a varíola, apenas a vacinação maciça da população do Rio de Janeiro poderia prover o grau de imunização coletiva necessária e, assim, impedir a propagação da doença. Uma vez que o índice de vacinação voluntária da população, conforme a Tabela 1 acima, era insuficiente para tal,

entendeu Oswaldo Cruz, Diretor-Geral da Saúde Pública, que apenas uma lei, que tornasse a vacina antivariólica como obrigatória, seria capaz de resolver o problema dos constantes surtos de varíola, no Rio de Janeiro.

Dessa forma, Oswaldo Cruz propôs ao presidente Rodrigues Alves um projeto de lei, tornando a vacinação obrigatória. Esse projeto de lei, enviado à Câmara dos Deputados em janeiro de 1904, tor-





nou-se na principal causa imediata da assim chamada Revolta da Vacina.

## **CAMPANHA CONTRA A VACINA OBRIGATÓRIA**

A campanha contra a vacinação obrigatória iniciou-se tão logo o projeto de lei foi enviado ao Congresso. Nas tribunas da Câmara dos Deputados e no Senado, bem como na imprensa, importantes líderes nacionais posicionavam-se contra a imposição da vacina.

Dentre os principais grupos políticos contra a vacina obrigatória estavam os positivistas<sup>18</sup>, que se opunham afirmando que a “vacinação obrigatória constituía-se em atentado à liberdade do corpo humano”<sup>19</sup>. Os mais atuantes líderes positivistas eram o militar e senador Lauro Sodré, o também militar e deputado Barbosa Lima, e o general Silvestre Travassos<sup>20</sup>.

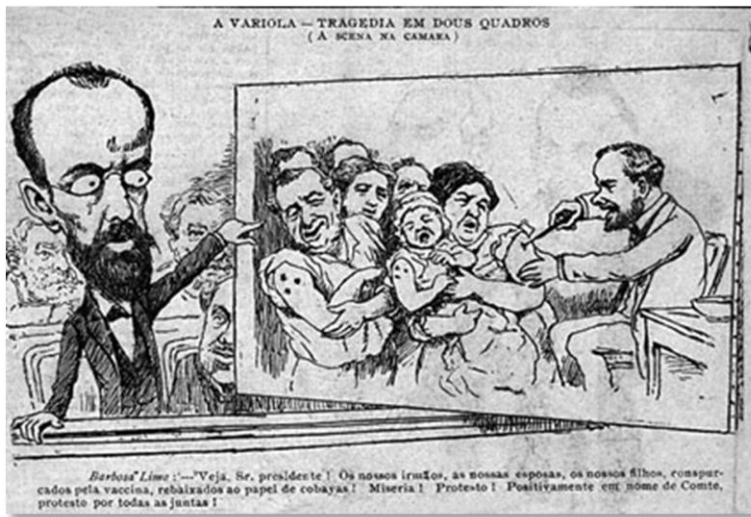
Lauro Sodré liderava a campanha no Senado, ao passo que Barbosa Lima o fazia na Câmara

dos Deputados. O espectro da oposição à vacina obrigatória era tão amplo que até mesmo os monarquistas faziam parte da campanha, por meio, em especial, de Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, último presidente do Conselho de Ministros da Monarquia. Ouro Preto auxiliou a revolta, principalmente, com recursos financeiros. Rui Barbosa, o grande líder civilista brasileiro, chegou a apoiar a revolta, sem, contudo, participar ativamente dela.

Os grandes partícipes da Revolta da Vacina, no entanto, foram os habitantes das camadas mais humildes do povo do Rio de Janeiro. Diversos motivos levaram a população a apoiar o levante. Dentre eles, pode-se citar o fato de ser considerado, à época, muito grosseiro e desrespeitoso a uma mulher casada receber homens em sua residência, na ausência do chefe da família. A par disso, corriam boatos entre a população de que, além de desnudarem os braços das mulheres e meninas, os responsáveis pela vacinação também aplicariam



Fig. 6 – Charge jornalística publicada em 1904



Fonte: MEIHY; BERTOLLI FILHO. op.cit., 1995.

as doses nas coxas, nádegas e até mesmo nas virilhas das pessoas. Havia também o temor de receberem, em seus próprios corpos, o agente causador da doença, como acontecia na época da já citada variolização<sup>21</sup>.

No âmbito das massas populares, o principal líder da resistência à vacinação foi o doutor Vicente de Souza, médico, socialista e negro. Sua liderança entre o povo foi tamanha que, nas investigações

pós-revolta, revoltosos civis detidos indicaram Vicente de Souza como a pessoa que os motivou a aderirem a revolta<sup>22</sup>.

As personalidades acima citadas criaram a Liga Contra a Vacina Obrigatória, de forma a exercer uma oposição mais organizada à aprovação do projeto de lei no Congresso Nacional. No período de janeiro até outubro de 1904, ambas as campanhas, a favor e contra o projeto de lei de vacinação



Fig. 7 – *Charge* política publicada na imprensa



Fonte: MEIHY; BERTOLLI FILHO. op.cit., 1995.

obrigatória, foram debatidas de forma acirrada, quer no Congresso, quer na imprensa, e até mesmo nas ruas do Rio de Janeiro. As charges publicadas nos jornais de época ilustram, de forma irreverente, o pensamento de boa parte da população do Rio de Janeiro.

Uma vez que o Governo dispunha de ampla maioria em ambas as casas do Congresso, a Lei da

Vacina Obrigatória foi finalmente aprovada, no dia 31 de outubro de 1904. Causou espécie, entretanto, o decreto de regulamentação da lei, emitido no dia 9 de novembro e publicado nos jornais do dia seguinte. A regulamentação, considerada draconiana, levou os líderes da Liga Contra a Vacina Obrigatória a insuflarem a população, de



forma a criar uma onda de protestos populares.

## ESTOURA A REVOLTA

No dia 10 de novembro, a liga convocou a população carioca para manifestações na Rua do Ouvidor e no Largo de São Francisco. Lauro Sodré e outros líderes fizeram discursos inflamados, pedindo ao governo a anulação da lei. A polícia foi chamada, e foi recebida pelo povo a pedradas, iniciando assim os violentos confrontos que caracterizariam a Revolta da Vacina.

Nos dias 11 a 13 de novembro, a sublevação popular alastra-se pelo centro da cidade, com destruição de bondes, saques em lojas e quebra dos lampiões de iluminação pública. A turba chega mesmo a ameaçar o Palácio do Catete. A ameaça ao governo era considerada de tal porte que, além da Brigada Policial<sup>23</sup>, são convocados o Exército, o Corpo de Marinheiros Nacionais e até mesmo unidades do Exército das cidades de Niterói, Lorena e São João del Rei.

Fig. 8 – Bonde virado pela população



Fonte: MEIHY; BERTOLLI FILHO. op.cit., 1995.

## O EXÉRCITO TOMA PARTE NO LEVANTE

No dia 14 de novembro, após quatro dias de levante, os positivistas do Exército Brasileiro levantam algumas unidades, em apoio aos revoltosos populares. O general Silvestre Travassos assume o comando da Escola Militar da Praia Vermelha, no bairro do mesmo nome, e recebe a adesão de 300 Alunos, como eram chamados, na época os cadetes. Após alguma demora para encontrar-se munição, os “cadetes” deslocam-se na direção do Palácio do Catete, com o intuito de tomá-lo. No percurso, os cadetes recebem o apoio de parte



de uma companhia de infantaria, bem como de um piquete de cavalaria. Por volta de 22h, encontram-se com a tropa legalista na Rua da Passagem, em Botafogo, onde é travado intenso tiroteio, que ficou conhecido como a “Batalha da Rua da Passagem”. O combate foi travado em total escuridão, do que resultou em ampla confusão, de ambos os lados. Dessa “batalha” resultou o saldo de três mortos, sendo um deles o próprio general Silvestre Travassos, que veio a falecer oito dias depois, em função dos ferimentos recebidos. Também resultaram feridos vinte militares, tanto entre os revoltosos quanto no seio da tropa legalista.

Fig. 9 – Escola Militar da Praia Vermelha



Fonte: MEIHY; BERTOLLI FILHO. op.cit., 1995.

Durante a madrugada, o encouraçado *Deodoro* bombardeia a Escola, indiretamente, por meio de tiros disparados contra o paredão do Morro da Urca. Pela manhã, os Cadetes se rendem, encerrando assim a participação militar direta na Revolta da Vacina.

### “PORTO ARTUR” – O ÚLTIMO REDUTO

A partir do dia 14 de novembro, o núcleo da revolta desloca-se para o bairro da Saúde, cognominado “Porto Artur”<sup>24</sup>. Os revoltosos levantam trincheiras, nas principais vias de acesso ao bairro. Comerciantes locais ajudam e suprem os revoltosos; estes eram liderados pelo estivador e capoeirista Horácio José da Silva, mais conhecido como Prata Preta ou Prata Negra.<sup>25</sup>

Navios de guerra são posicionados na Baía de Guanabara, ao longo da Saúde, de forma a bombardear aquele bairro. A 16 de novembro, no entanto, o Governo Federal revoga a Lei da Vacinação



Fig. 10 – Barricada erguida na Saúde (“Porto Artur”)



Fonte: MEIHY; BERTOLLI FILHO. op.cit., 1995.

Obrigatória, ao mesmo tempo em que decreta o estado de sítio em todo o então Distrito Federal. Tais medidas provocaram o arrefecimento da revolta. Na mesma data, tropas do Exército e dos Fuzileiros Navais tomam “Porto Artur”. Prata Preta e os demais rebeldes são presos. É o fim da revolta propriamente dita.

## A REVOLTA É SUFOCADA

Ao fim da Revolta da Vacina, a estatística oficial é de trinta mortos, 110 feridos e 945 presos<sup>26</sup>, principalmente na Ilha das Cobras. Todos os aprisionados que não conseguem provar endereço fixo e ocupação estável são “deportados” para o Acre, dentre eles, o líder





Fig. 11 e 12 – Revoltosos aprisionados na Ilha das Cobras e charge publicada na imprensa mostrando a deportação para o Acre



Fonte: MEIHY; BERTOLLI FILHO. op.cit., 1995.

Prata Preta. A contagem oficial dos “deportados” é de 461 pessoas.

## CONSEQUÊNCIAS E O LEGADO DA REVOLTA DA VACINA

Muito embora o Governo de Rodrigues Alves tenha logrado derrotar a revolta, do ponto de vista tático, nos campos estratégico e político não houve vencedores ou perdedores. A vacina antivariólica deixou de ser obrigatória, e assim o

seria, na prática, até o ano de 1966. Os líderes revoltosos, que desejavam, acima de tudo, derrubar a oligarquia da República Velha, teriam seus desígnios frustrados até a Revolução de 1930, não sem diversas tentativas, levadas a efeito, sobretudo pelo movimento que seria chamado de Tenentismo<sup>27</sup>, nos anos de 1922 e de 1924 até 1927.

Em 1908, uma grave epidemia de varíola irrompeu no Rio de Janeiro, levando a população carioca, finalmente, a vacinar-se em



massa, de modo voluntário. Igualmente, em 1914 e 1926, outras epidemias seguiram-se. Muito embora a vacinação, em caráter voluntário, tenha aumentado significativamente, fruto, em especial de campanhas de vacinação regionais, apenas em 1962 o Governo Federal lançou a Campanha Nacional contra a Varíola. Esta campanha teve sucesso limitado e foi substituída, em 1966, pela Campanha de Erradicação da Varíola, de caráter obrigatório, porém sem o viés autoritário da Lei da Vacinação Obrigatória de 1904, e precedida de campanhas de esclarecimento da população, pelos meios de comunicação. Esta última campanha de vacinação, por fim, logrou obter 100% de cobertura da população brasileira. O último caso de varíola no Brasil aconteceu em 1971 e, em 1973, o Brasil recebeu da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Certificado de Erradicação da Varíola.

A Revolta da Vacina, pela violência que desencadeou, foi uma das maiores, se não a maior, revolta popular urbana da História do Brasil. Calou fundo no espírito de

escritores e poetas brasileiros. Olavo Bilac escreveu acerca da Revolta: “Semana maldita, somente, mergulha no grande abismo insondável do tempo, onde há esquecimento para tudo”.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Os últimos dias da varíola. *Revista Manguinhos*, Rio de Janeiro: Fiocruz, maio 2005.

CARNEIRO, G. *História das Revoluções Brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1989.

CARVALHO, J.M. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FRANCO, O. *História da febre amarela no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1969.

MEIHY, J.C.S.B.; BERTOLLI FILHO, C. *Revolta da Vacina*. São Paulo: Editora Ática, 1995.





TREVISAN, L.N. *Obsessões patrióticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.

SCLIAR, M. *Sonhos Tropicais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SEVCENKO, L. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

---

<sup>1</sup> SEVCENKO, L. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 44.

<sup>2</sup> CARVALHO, J.M. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.30-31.

<sup>3</sup> MEIHY, J.C.S.B.; BERTOLLI FILHO, C. *Revolta da Vacina*. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 7.

<sup>4</sup> Ibid, p. 5.

<sup>5</sup> SEVCENKO, op.cit., p. 17.

<sup>6</sup> MEHIBY; BERTOLLI FILHO, op.cit., p. 15.

<sup>7</sup> SEVCENKO, op.cit., p. 49.

<sup>8</sup> Georges-Eugène Haussman (1809-1891), mais conhecido como Barão Haussman, foi prefeito de Paris, entre 1853 e 1870. Foi incumbido pelo Imperador Napoleão III de remodelar a cidade de Paris, acabando com as vielas sujas, estreitas e escuras, e criando largas avenidas (“boulevares”), de forma a tornar a cidade mais salubre e organizada, bem como melhorar a atuação das forças policiais, em caso de revoltas ou tumultos.

<sup>9</sup> SEVCENKO, op.cit., p. 50-51.

<sup>10</sup> Ibid p. 52-53.

<sup>11</sup> MEHIBY; BERTOLLI FILHO, op.cit., p. 22.

<sup>12</sup> SEVCENKO, op.cit., p. 63.



---

<sup>13</sup> FRANCO, O. *História da febre amarela no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1969, p. 88.

<sup>14</sup> MEHIBY; BERTOLLI FILHO, op.cit., p. 23-24.

<sup>15</sup> BRASIL, p. 2.

<sup>16</sup> MEHIBY; BERTOLLI FILHO, op.cit., p. 12.

<sup>17</sup> Variolização: técnica de imunização contra a varíola, que consistia em extrair pus das “bexigas” dos pacientes doentes, em fase final de recuperação, e injetá-lo nas pessoas sãs.

<sup>18</sup> Positivismo é uma doutrina filosófica, política e sociológica, criada pelo pensador francês Augusto Comte (1798-1857), que prega que o conhecimento científico é a única forma verdadeira de conhecimento.

<sup>19</sup> SEVCENKO, op.cit., p. 13-14.

<sup>20</sup> MEHIBY; BERTOLLI FILHO, op.cit., p. 29.

<sup>21</sup> Ibid., p. 24-26.

<sup>22</sup> CARNEIRO, G. *História das Revoluções Brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1989, p. 137 e 143.

<sup>23</sup> Brigada Policial era o nome dado à corporação estadual militarizada do Distrito Federal / Rio de Janeiro, àquela época (1889-1960) capital da República. Atualmente tem a deno-

---

minação de Polícia Militar do Rio de Janeiro.

<sup>24</sup> Porto Artur foi uma antiga base naval e fortaleza, possessão do Império Russo na Mandchúria, China. Foi tomada pelos japoneses em 1904, no contexto da Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905. A resistência épica da guarnição russa foi motivo do apelido dado ao bairro da Saúde, durante a Revolta da Vacina, como uma nova “Porto Artur”. Atualmente, é a cidade chinesa de Lushunkou ou Luysun.

<sup>25</sup> SEVCENKO, op.cit., p. 39.

<sup>26</sup> CARVALHO, op.cit., p. 117.

<sup>27</sup> Tenentismo foi um movimento político-militar que irrompeu em 1922, liderado principalmente por jovens oficiais do Exército, e que tinha por objetivo dissociar a República brasileira de suas características oligárquicas. O Tenentismo preconizava a introdução da educação obrigatória, a realização de eleições livres, com o fim do “voto de cabresto”, o voto secreto, dentre outras instituições típicas da democracia. Perdurou, como movimento militar isolado, até 1927, com o fim da Coluna Prestes.